

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 120.985 - SC
(2019/0351095-0)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : E C DA S
ADVOGADO : BRUNO ALBERTO DA ROSA - SC055435
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

E. C. DA S. alega sofrer constrangimento ilegal diante de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina** no HC n. 4026996-60.2019.8.24.0000.

Informam que os autos que, "segundo investigações policiais, A. G. B e W. C. – presos em flagrante em 20/12/2018 quando descarregavam cerca de 1.750kg de maconha, veículos e R\$ 248.400,00 em espécie – lideram um grupo criminoso com cerca de 26 indivíduos, entre eles, o paciente. No telefone celular de A. G. B há registros de aproximadamente 2 meses de diálogos entre A. G. B. e o paciente E. C. da S., que indicam a participação deste no comércio ilícito de entorpecentes, motivo pelo qual foi denunciado como incurso nos arts. 33 e 35 da Lei 11.343/2006.

Nesta Corte, a defesa sustenta a ausência de justa causa para a persecução criminal e postula, liminarmente, "a reforma do Acórdão, concedendo a ordem de habeas corpus, e deferida *in limine*, para fazer cessar o constrangimento ilegal de que está sendo vítima o paciente, determinando-se o trancamento da Ação Penal n. 0004308-15.2019.8.24.0020, apenas em relação ao paciente, considerando a manifesta ausência de justa causa".

O pedido de urgência não comporta acolhimento.

Em análise perfunctória – inerente a esta fase processual –, noto que o aresto combatido registrou haver elementos suficientes para justificar a persecução criminal, como se depreende do excerto:

[...]

Destaca-se que, em que pese o magistrado tenha constatado indicativos da prática do crime de tráfico de drogas por parte

de E. C. da S., não foi decretada sua prisão preventiva, haja vista já se encontrar segregado em outra ação criminal da mesma natureza - narcotraficância (fl. 800-801) Outrossim, tem-se que, em sede de cognição sumária de habeas corpus, não se vislumbra a inépcia da inicial acusatória quando apresenta os requisitos exigidos pelo art. 41 do CPP e permite a exata compreensão da acusação, a ponto de possibilitar a ampla defesa ao acusado.

Deste modo, não se vislumbra a possibilidade de trancamento da ação penal.

Consoante jurisprudência há muito assente, "[...] o trancamento da ação penal por meio do habeas corpus é medida excepcional, que somente deve ser adotada quando houver inequívoca comprovação da atipicidade da conduta, da incidência de causa de extinção da punibilidade ou da ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito" (AgRg no RHC 67.110/MT, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe 23/06/2017).

In casu, as alegações contidas na peça de impetração dependem de exame aprofundado destes autos e, ao meu ver, também de instrução probatória (o que aponta para a insubsistência jurídica do pleito de trancamento do feito por esta via, ação constitucional de rito estreito e célere). [...]

Neste ponto, oportuno colacionar as palavras do Procurador de Justiça Jorge Orofino da Luz Fontes (fls. 105-109 - grifou-se):

O almejado trancamento da ação por falta de justa causa pela presente via só é possível em situações excepcionalíssimas, quando os elementos indicarem de maneira inequívoca ser a conduta atípica; houver causa de extinção da punibilidade; ou, ainda, manifesta inocência.

O caso concreto, contudo, não se amolda às hipóteses acima citadas, pois, do que se constata, os elementos probatórios até então produzidos levam a concluir pela existência de prova da materialidade e de indícios suficientes da autoria em relação ao paciente, notadamente pelos relatórios de investigação de fls. 3/389 o qual expõe as conversas telefônicas mantidas entre os suspeitos e o de fls. 771/779, bem como pelos depoimentos dos policiais civis (fls. 767/768 e 769/770 autos de 1º grau).

Dessa forma, da análise perfunctória dos autos originários é possível verificar que os elementos de

convicção colhidos até o momento dão suporte para o exercício da ação penal. Com efeito, as condutas atribuídas ao paciente, por certo, serão mais bem apreciadas durante a instrução processual.

Vê-se, portanto, a existência de elementos mínimos a demonstrar o suposto cometimento dos delitos pelo paciente, razão pela qual está presente a justa causa para a deflagração da ação penal.

Por outro lado, diversamente do alegado pelo impetrante, a denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP, pois descreve suficientemente as condutas praticadas pelo acusado, de sorte que permite à defesa a clara compreensão das imputações feitas contra ele e, por consequência, o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa.

Desse modo, não há falar em qualquer constrangimento ilegal a fim de ensejar a concessão da ordem pretendida.

Deste modo, ante a existência de elementos que demonstram o suposto envolvimento do paciente nos crimes imputados não há falar em falta de justa causa a ensejar o trancamento da ação.

Diante disso, voto no sentido de denegar a ordem.

Este é o voto. (fls. 119-120)

Pela leitura do excerto transcrito, não identifico, a um primeiro olhar, flagrante ilegalidade na espécie.

Ademais, entendo que o pedido liminar **perpassa pela análise do próprio mérito desta impetração** – ausência de justa causa para a persecução criminal – e, por isso mesmo, demanda análise mais acurada dos documentos constantes dos autos, providência incompatível com o momento processual. Logo, a matéria deverá ser apreciada no momento oportuno, quando serão minuciosamente examinados os fundamentos embasadores da pretensão.

À vista do exposto, **indefiro a liminar.**

Solicite-se ao Juízo de primeiro grau que informe sobre o andamento atualizado da Ação Penal n. 0004308-15.2019.8.24.0020, sobretudo quanto à eventual prolação de sentença, **via malote digital.**

Superior Tribunal de Justiça

A seguir, encaminhem-se ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator